

Perplexidade com a decisão do TCU não limitou nossa resistência!

A votação de ontem no Tribunal de Contas da União (TCU) nos levou à perplexidade. A maioria aprovou o projeto do governo Bolsonaro para a privatização espúria e a preço de banana da Eletrobras. Esperávamos um pouco mais de compromisso e responsabilidade daquela casa. Surpreendeu-nos a fala de alguns ministros de que “se a Eletrobras fosse minha, eu não venderia”, associada à omissão de se debruçar sobre os novos argumentos trazidos pelo ministro revisor. **Quando se troca um voto de consciência por um voto de conveniência, entramos num caminho sombrio.**

Mas devemos ressaltar e enaltecer o voto do ministro Vital do Rego, que com sua equipe que se dispôs a um debate franco, consistente e assertivo sobre o valor da Eletrobras.

Abaixo, enumeramos alguns pontos críticos da privatização da Eletrobras:

- **Quebra de Contrato:** população brasileira tinha o direito legal das cotas das usinas da Eletrobras até dezembro de 2042 (a mais barata no balanço energético das distribuidoras) e a descotização trará lucros extraordinários para acionistas privados nacionais e estrangeiros da Eletrobras e tarifas estratosféricas para nossas famílias e setores produtivos a partir de 2023;
- **Omissão da Aneel e do MME nos cálculos de neutralidade tarifária** (MME majorou as premissas de preço em mais de 50%, mudando a configuração do debate travado no Senado Federal) e a Aneel não realizou novos estudos tarifários;
- **Uso eleitoral do cronograma de recebimento da CDE** com antecipação de R\$ 5 bilhões, um mês após a privatização, para evitar a explosão tarifária em 2022 e tentar dar sobrevida à reeleição de Bolsonaro (pedalada fiscal clara!);
- **Esterilização dos votos da União** (União mesmo com 45% dos votos, após diluição, teria 10% dos votos sobre as decisões da companhia, enquanto acionista privado nacional ou estrangeiro com 10% das ações terá os mesmos 10% dos votos) o que torna a União um votante de categoria inferior aos demais;
- **Conflito de interesses do Banco Genial (contrato por inexigibilidade pelo BNDES)** mesmo representando 5% das ações preferenciais da Eletrobras, além de ser responsável pelo valuation, ser corretora de valores mobiliários com acesso a insider information para negociação de papéis da companhia e comercializadora com acesso aos contratos das empresas Eletrobras (num país sério, isto não ocorreria);
- **Contratação por inexigibilidade do Sindicato de Bancos** (dentre eles o BTG, contratado a segunda vez por inexigibilidade nos últimos anos e um dos grandes acionistas da ENEVA) promovidos pela Diretoria da Eletrobras (o setor financeiro nacional tem centenas de bancos e não entendemos como a diretoria pode direcionar para alguns o protagonismo na privatização);

- **Subavaliação da Outorga associada à repotenciação** (com destaque a terceira casa de força de Tucuruí), venda de potência, direitos aos concessionários garantidos no contrato de concessão, utilização do reservatório para colocação de painéis fotovoltaicos não precificados (como diria o Ministro Vital, presentes para os novos controladores que terão lucros extraordinários em cima das usinas já pagas pelo povo brasileiro, enquanto o povo paga energia mais cara abrindo mão de um direito adquirido até 2042);
- **Privatização como mecanismo de concentração de renda para acionistas** e aumento da energia para as famílias rurais e urbanas, hospitais, restaurantes, lojistas, creches, hospitais, prédios públicos, universidades e demais consumidores cativos (os ricos ficam mais ricos e o povo sofre para pagar as suas contas, lembrando que o custo da energia subiu mais que o dobro do IPCA nos últimos dois anos),

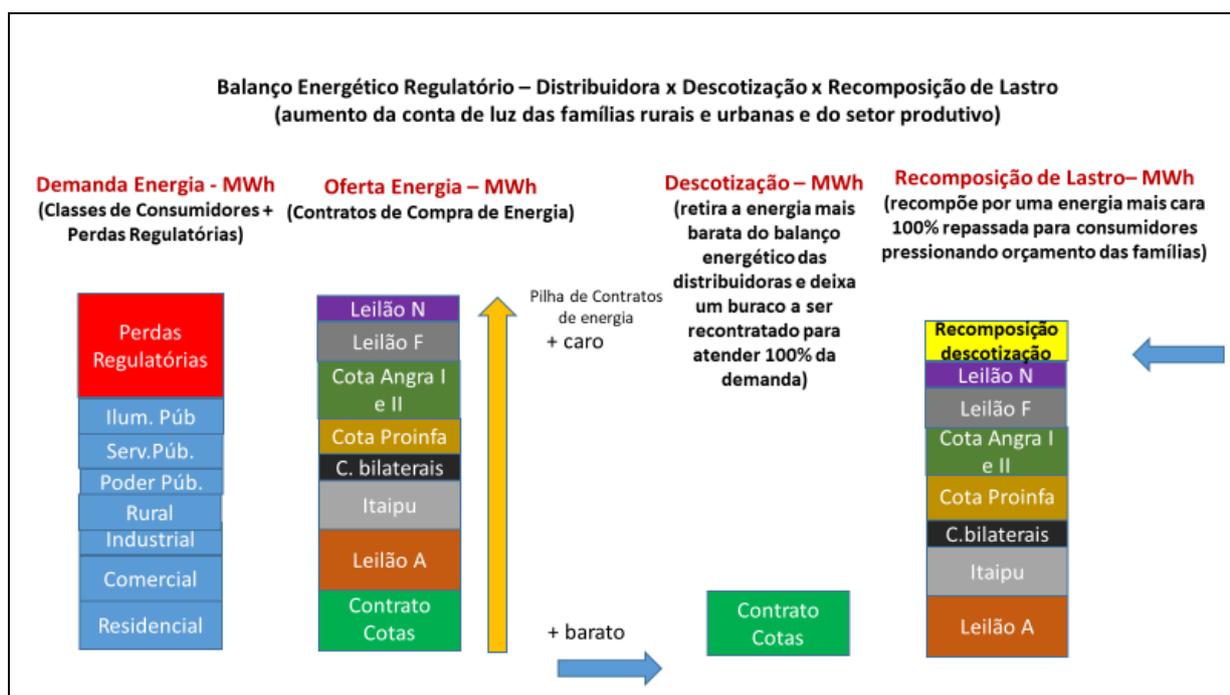
Querem vender a preço de banana uma empresa lucrativa, com recursos em caixa, excelentes indicadores operacionais, que contribui para o desenvolvimento local, regional, nacional e fronteiroço do Brasil nas últimas décadas.

Abaixo, a quantidade de faturas de energia que serão ampliadas a partir de 2023, abrindo mão do direito adquirido de tarifas baratas até 2042 (110 milhões de faturas de energia, de norte a sul do país!):

Classe de Consumo Cativo	Consumo de Energia Elétrica MWh	Receita de Fornecimento de Energia Elétrica	Receita de Fornecimento de Energia Elétrica com Tributos	Número de Unidades Consumidoras	Tarifa Média de Fornecimento	Tarifa Média de Fornecimento com Tributos
	TWh	R\$ bi	R\$ bi	Milhões	R\$/MWh	R\$/MWh
Comercial, Serviços e Outras	5,1	3,8	5,2	5,9	741,7	1.015,6
Iluminação Pública	1,4	0,6	0,9	0,1	478,6	631,7
Industrial	2,0	1,4	1,8	0,5	669,0	884,5
Poder Público	1,2	0,9	1,1	23,1	742,6	922,3
Residencial	12,5	8,9	12,2	76,2	716,9	978,8
Rural	1,6	1,1	1,3	4,7	680,7	828,3
Outros	1,8	1,1	1,3	0,4	n.a	n.a
Totais	25,5	17,7	23,7	110,8	694,5	929,8

	Consumo de Energia Elétrica	Receita de Fornecimento de Energia Elétrica	Receita de Fornecimento de Energia Elétrica com Tributos	Numero de Unidades Consumidoras	% total Unidades Consumidoras
	TWh	R\$ bi	R\$ bi	Milhões	% total
Centro Oeste	2,6	1,8	2,4	7,0	6,3
Nordeste	5,3	3,4	4,6	23,4	21,1
Norte	1,9	1,3	1,7	5,7	5,2
Sudeste	11,5	8,3	10,9	38,4	34,7
Sul	4,3	2,9	4,1	36,2	32,7
Totais	25,5	17,7	23,7	110,8	100,0

Por fim, dado a omissão do MME e da ANEEL em explicar o impacto tarifário da descotização das usinas da Eletrobras, fizemos o desenho abaixo para mostrar, com simplicidade, o impacto da troca de contratos no balanço energético das distribuidoras. Acho que uma criança de 10 anos consegue entender esta operação.



Continuamos na trincheira, extenuados, mas beligerantes, pois só há um caminho possível: resistir! Resistir e votar para tirar a dupla Guedes e Bolsonaro do poder a partir de 2023.

Continuaremos nossa luta para salvar a Eletrobras, ainda tem jogo!

Compartilhe esse informe com os colegas!

Juntos somos sempre mais fortes!

ASSOCIE-SE A AEEL ([clique aqui](#)) OU AO SINDICATO DE CLASSE (links nas logos abaixo).

A Diretoria, em 16 de fevereiro de 2022.
Associação dos Empregados da Eletrobras – AEEL

